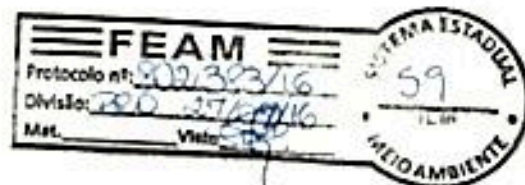


feam

FUNDAÇÃO ESTADUAL
DO MEIO AMBIENTE



Autuado: Agropecuária Balaio Ltda.

Processo: 23644/2005/001/2009

Referência: Recurso relativo ao Auto de Infração nº 66494/2007, infração grave, porte grande.

Situação: Irregular

PARECER JURÍDICO

1) RELATÓRIO

A sociedade empresária em epígrafe foi autuada como incurso no artigo 86, II, do Decreto nº 44.309/2006, pelo cometimento da seguinte irregularidade:

"Em 13-05-2008 constatou-se que a autuada possui um loteamento residencial denominado "Condomínio Campo Alegre" em área urbana, com parcelamento do solo, em uma área total 122.67.86 ha (hectares) sem possuir licença ambiental ou corretiva. Tal empreendimento é classificado na DN 74/04 como potencial poluidor e degradador do meio ambiente – atividade F 04.01.4, classe 5, porte (grande). Sem possuir licenciamento ambiental e contrário à legislação vigente."

Foi aplicada multa simples, no valor de R\$30.001,00 (trinta mil e um reais).

A autuada apresentou defesa tempestiva e o Presidente da FEAM decidiu, em 11/06/2013, aplicar a penalidade de multa simples com valor de R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais).

Regularmente notificada em 18/10/2013 por meio do Ofício nº 810/2013, a Autuada apresentou tempestivamente o presente Recurso, em 05/11/2013, no qual alegou, em suma, que:

- teria ocorrido a prescrição, já que entre a data da infração e da apresentação do recurso, decorreram mais de cinco anos e entre a data do protocolo da defesa e julgamento também se passaram mais de cinco anos;
- reiterou os argumentos já expostos em sua defesa;
- trata-se de imóvel urbano, adstrita sua regularidade a análise do CODEMA;
- o loteamento foi implantado em 1997, antes da vigência da Deliberação Normativa nº 74/2004;
- a informação da disposição legal infringida e as penalidades não poderiam ser aplicadas ao caso, eivando de nulidade a autuação.

Requeru seja reconhecida a prescrição e a irregularidade de análise pelo órgão ambiental estadual, em virtude de o imóvel estar situado em área urbana, declarando-se a nulidade do auto de infração pelos fatos narrados na defesa administrativa protocolada em 2008.

É o breve relatório.

-II) FUNDAMENTAÇÃO

Os argumentos trazidos no recurso não são hábeis a nulificar o auto de infração. Senão vejamos.

Quanto à afirmação preliminar da Recorrente de que teria ocorrido prescrição intercorrente no caso em tela não deve ser acolhida. Consoante sustentado por esta Procuradoria, por reiteradas vezes, em casos semelhantes, a prescrição intercorrente não é aplicável, nem mesmo por analogia, aos processos



administrativos em trâmite no Estado de Minas Gerais, pela ausência de amparo legal.

O artigo 1º, §1º, da Lei Federal nº 9.783/99, estabelece prazos de prescrição e de prescrição intercorrente para o exercício de ação punitiva pela Administração Pública Federal, direta e indireta:

Art. 1º - Prescreve em cinco anos a ação punitiva da **Administração Pública Federal, direta e indireta**, no exercício do poder de polícia, objetivando apurar infração à legislação em vigor, contados da data da prática do ato ou, no caso de infração permanente ou continuada, do dia em que tiver cessado.

§ 1º Incide a **prescrição no procedimento administrativo paralisado por mais de três anos**, pendente de julgamento ou despacho, cujos autos serão arquivados de ofício ou mediante requerimento da parte interessada, sem prejuízo da apuração da responsabilidade funcional decorrente da paralisação, se for o caso.

Da leitura dos dispositivos em análise conclui-se que os prazos tratados na Lei nº 9.873, de 1999, são aplicáveis somente aos processos em trâmite na Administração Pública Federal e é esse o entendimento do Superior Tribunal de Justiça, sufragado no Recurso Especial nº 1112577/SP, no sentido de sua inaplicabilidade no âmbito estadual. Ademais, a jurisprudência daquele tribunal é remansosa no sentido de que, quando pendente recurso em processo administrativo, não há que se cogitar de prescrição intercorrente.

A Advocacia-Geral do Estado de Minas Gerais também já afastou a aplicabilidade dos dispositivos da Lei nº 9.873/99 aos processos administrativos estaduais, nos Pareceres 14.556, de 2005, 14.897, de 2009, 15.047, de 2010 e 15.233, de 2013, razões pelas quais não há que se acolher o argumento da Recorrente de ocorrência da prescrição intercorrente.

Reafirmou a Recorrente os argumentos já expostos na peça de defesa, fls. 51. Tais alegações já foram exaustivamente apreciadas no parecer jurídico anteriormente elaborado, de modo que não serão novamente analisadas. Por oportuno, ratifico as razões daquele parecer.

R

No que respeita à alegação de que o loteamento foi implantado em área urbana, de modo que sua regularização caberia ao CODEMA, não prosperará. Do mesmo modo, a afirmação de que estaria desobrigado do licenciamento por ter sido implantado antes da vigência da DN 74/2004 não será acolhida.

Indubitavelmente o empreendimento estava sujeito ao licenciamento ambiental estadual, pelas razões a seguir esposadas.

A Constituição Mineira dedicou a Seção VI, Do Meio Ambiente, à tutela ambiental, dispondo, em seu artigo 214:

Art. 214 - Todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, e ao Estado e à coletividade é imposto o dever de defendê-lo e conservá-lo para as gerações presentes e futuras.

§1º - Para assegurar a efetividade do direito a que se refere este artigo, *incumbe ao Estado, entre outras atribuições:*

(...)

IV- Exigir, na forma da lei, prévia anuência do órgão estadual de controle e política ambiental, para início, ampliação e desenvolvimento de atividades, construção ou reforma de instalação capazes de causar, sob qualquer forma, degradação do meio ambiente, sem prejuízo de outros requisitos legais, preservando o sigilo industrial.

No Estado de Minas Gerais, a Lei nº 7772, de 08 de setembro de 1980, que tratou sobre a proteção, conservação e melhoria do meio ambiente, estabeleceu em seu art. 8º, a obrigatoriedade do licenciamento ambiental para a localização, construção, instalação, ampliação e operação de empreendimentos utilizadores de recursos ambientais:

Art. 8º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos e atividades utilizadores de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, observado o disposto em regulamento, dependerão de prévio





A Lei nº 7772/1980 está atualmente regulamentada pelo Decreto nº 44.844, de 25/06/2008, o qual estabelece normas para licenciamento ambiental e autorização ambiental de funcionamento e dispõe, em seu artigo 4º:

Art. 4º A localização, construção, instalação, ampliação, modificação e operação de empreendimentos ou atividades utilizadoras de recursos ambientais considerados efetiva ou potencialmente poluidores, bem como dos que possam causar degradação ambiental, na forma estabelecida pelo COPAM, nos termos do *caput* do art. 3º, dependerão de prévio Licenciamento Ambiental ou da AAF.

Outrossim, dispunha a Deliberação Normativa nº 01/1990, predecessora da Deliberação Normativa COPAM nº 74/2004 e vigente ao tempo da implantação do empreendimento, que estaria sujeito ao licenciamento o loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais, código 91.10.00.9, conforme abaixo transcrito:

91.10.00.9 - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais

Pot. Poluidor/Degradador: Ar:P Água:G Solo: G Geral:G

Porte:

$25 \leq AT \leq 50$ e $D \leq 70$: pequeno

$25 \leq AT \leq 50$ e $D > 70$ ou $50 < AT < 100$ e $D \leq 70$: médio

$50 < AT < 100$ e $D > 70$ ou $AT \geq 100$: grande

Já a Deliberação Normativa COPAM nº 74/204, vigente à data da autuação, também estabelece o potencial poluidor/degradador e os critérios para definição do porte do empreendimento, sujeitando-o à licença ou AAF, no Código E-04-01-4:

E-04-01-4 - Loteamento do solo urbano para fins exclusiva ou predominantemente residenciais.

Pot. Poluidor/Degradador:Ar:P Água:M Solo:G Geral:M
Porte:

25 ≤ Área Total ≤ 50 ha e Densidade Populacional Bruta ≤ 70 habitantes/ha:
Pequeno

25 ≤ Área Total ≤ 50 ha e Densidade Populacional Bruta > 70 habitantes/ha ou
50 < Área Total < 100 ha e Densidade Populacional Bruta ≤ 70 habitantes/ha: Médio

50 < Área Total < 100 ha e Densidade Populacional Bruta > 70 habitantes/ha
ou Área Total ≥ 100ha:Grande

Cabe notar que a Recorrente já protocolou diversos FOBIs, desde 2005, tendo o último sido registrado em 2010, todos vencidos sem a devida formalização, nos quais foi definida a sujeição do empreendimento ao licenciamento ambiental.

Não procede também a afirmativa da Recorrente de que o auto padeceria de vício insanável, ante a inconformidade da disposição regulamentar infringida e penalidade imposta. Consoante acima já evidenciado, a Recorrente estava obrigada ao licenciamento do empreendimento "Condomínio Campo Alegre" e o descumprimento de tal preceito legal configurou o cometimento da infração grave prevista no artigo 86, II, do Decreto nº 44.309/2006:

Art. 86. São consideradas infrações graves:

II - instalar, construir, testar, operar ou ampliar atividade efetiva ou potencialmente poluidora ou degradadora do meio ambiente sem as licenças de instalação ou de operação, desde que não amparado por termo de ajustamento de conduta com o órgão ou entidade ambiental competente, se não constatada a existência de poluição ou degradação ambiental - Pena: multa simples; ou multa simples e suspensão de atividades no caso de empreendimento ou atividade em operação ou em instalação; e, quando for o caso, demolição de obra, apreensão dos instrumentos, petrechos, equipamentos ou veículos de qualquer natureza utilizados na infração;

Finalmente, quanto à penalidade imposta, não se verifica qualquer inconformidade, já que a multa simples é sanção prevista para infração grave e, se cometida por empreendimento de grande porte, deveria ser fixada no valor de R\$ 30.001,00 a R\$100.000,00, na forma do artigo 61, I, "d", do Decreto nº



44.309/2006. Observo, por oportuno, que tal valor foi reduzido para R\$ 20.001,00 (vinte mil e um reais), em virtude do disposto no artigo 96, do Decreto nº 44.844/2008, por ser mais benéfico ao autuado.



Por conseguinte, considerando que as alegações trazidas na peça recursal não são capazes de descaracterizar a infração prevista no artigo 86, II, do Decreto nº 44.309/2006, esta Procuradoria recomenda o indeferimento do presente Recurso e a consequente manutenção da penalidade de multa imposta.

III) CONCLUSÃO

Ante todo o exposto, considerando que não foram apresentados argumentos capazes de descaracterizar a infração cometida, remeto os autos à Câmara Normativa e Recursal do COPAM e sugiro o indeferimento do recurso interposto e a manutenção da penalidade de multa.

É o parecer.

Belo Horizonte, 26 de julho de 2016.

Rosanita da Lapa Gonçalves Arruda

Procuradoria da FEAM

Analista Ambiental – MASP 1059325-9

